



I – Fomentar e contribuir com a implementação de Plano de ação para atenção em saúde da população transgênero em situação de privação de liberdade – afirmação de gênero na modalidade de hormonoterapia;

II – Fomentar e contribuir com a implementação de linha de cuidado em saúde para mulheres em privação de liberdade, em consonância com a PNAISP;

III – Fomentar e contribuir com a implementação de ações de fortalecimento de vínculos familiares e atuação com pré egressos da população LGBTI e mulheres em privação de liberdade, especialmente nas unidades prisionais Unidade Irmã Imelda e Instituto Penal Feminino;

IV – Fomentar e contribuir com a retificação dos nomes das pessoas trans privadas de liberdade no Estado do Ceará e o respeito a utilização do nome social;

V – Promover a articulação entre o sistema de justiça, a administração penitenciária e as políticas públicas de saúde, de assistência social e direitos humanos para proposição de novo fluxo e metodologia de atendimento da população LGBTI em atendimento à Resolução 348/2020 do CNJ.

Art. 2º. O GTI será composto por representantes:

I – do Poder Judiciário, sendo titular a Dra. Luciana Teixeira de Souza, juíza coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Estado do Ceará (GMF), e suplente o Dr. César Belmino Barbosa Evangelista Júnior, juiz colaborador do GMF;

II – do Ministério Público do Estado do Ceará, sendo titular o Dr. Nelson Ricardo Gesteira Monteiro, e suplente a Dra. Antônia Lima Sousa e o Dr. Élder Ximenes Filho;

III – da Defensoria Pública do Estado do Ceará, sendo titular a Dra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, e suplente o Sr. Leandro Sousa Bessa;

IV – da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado do Ceará, sendo titular a Sra. Ilana Carlos Ferro Castro, e suplente a Sra. Geovana Sousa do Nascimento;

V – da Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Ceará, sendo titular o Sr. João Pereira de Lima Neto, e suplente a Sra. Taís de Souza Mendes;

VI – da Secretaria de Proteção Social do Governo do Estado do Ceará, sendo titular o Sr. Francisco Narciso Silva de Oliveira Junior, e suplente a Sra. Juliemary Peixoto Brandão;

VII – da Coordenadoria de Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal de Fortaleza, sendo titular a Sra. Labelle Silva, e suplente a Sra. Ana Carolina Nunes de Macedo Sales;

VIII – da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará, sendo titular a Sra. Marlia Aguiar Façanha, e suplente o Sr. Raimundo Jovanil Pereira Oliveira;

IX – do Gabinete da Vice Prefeitura do Município de Fortaleza, sendo titular a Sra. Lucivânia Lima de Sousa, e suplente a Sra. Isabel Sant Anna Andrade Costa Lima; e

X – da Universidade Federal do Ceará, sendo titular a Sra. Ana Karina Bezerra Pinheiro, e suplente o Sr. Luiz Fábio Silva Paiva.

Parágrafo único: poderão participar na condição de convidados outras pessoas cuja participação se considerar relevante para o andamento das ações do GTI.

Art. 3º. No exercício das atribuições, o GTI poderá:

I – Realizar reuniões de trabalho quinzenais, de forma presencial ou virtual, em datas e horários a serem definidos por seus integrantes;

II – Facilitar a celebração de acordos de cooperação técnica, protocolos interinstitucionais e outras modalidades para institucionalização de fluxos de trabalho conjunto;

III – Propor ou realizar cursos, eventos formativos, grupos de estudo para profissionais do Sistema de Justiça, das políticas de saúde, administração penitenciária, a assistência social e dos direitos humanos;

IV – Fomentar e promover produção de conhecimento, envolvendo sistematização de dados, estudos, pesquisas e avaliações;

V – Realizar parcerias com outros entes e instituições para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 4º. O GMF, por meio da Dra. Luciana Teixeira de Souza e, em sua ausência, do Dr. César Belmino Barbosa Evangelista Júnior, coordenará o GTI e deverá garantir estrutura adequada para o seu funcionamento.

Art. 5º. O GTI terá duração de 06 (seis) meses, contado a partir da publicação desta Portaria, prazo que poderá ser prorrogado por igual período.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Desembargador Henrique Jorge Holanda Silveira

Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo – GMF/CE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF)

do Sistema Carcerário no Estado do Ceará

Sede da Supervisão: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambéa, CE, 60831-120

e-mail: gmf@tjce.jus.br

PORTARIA Nº 2215/2022

Cria o Grupo de trabalho Interinstitucional, de caráter temporário, para propor estratégias para atenção integral destinado ao paciente judiciário, a proteção de direitos fundamentais da pessoa com transtorno mental e sua desinstitucionalização.

O SUPERVISOR DO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE



EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – GMF, no âmbito do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113 de 20 de Abril de 2010 do Conselho Nacional de Justiça que Dispõe sobre o procedimento relativo à execução da pena privativa de liberdade e de medidas de segurança e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 35, de 12 de julho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça que orienta que, na execução da Medida de Segurança, sejam adotadas políticas antimanicômias;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 01/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 94/GM/MS, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o financiamento do serviço de avaliação e acompanhamento às medidas terapêuticas aplicáveis ao paciente judiciário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a necessidade de formulação de proposições visando a alternativas ao modelo de internação de cumprimento de medida de segurança e demais medidas terapêuticas no Estado e de reordenamento do tratamento dado a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei levando-se em consideração o paradigma antimanicomial;

CONSIDERANDO que desde 22 de junho de 2020, diversos atores do Sistema de Justiça, Poderes Executivo Estadual, por meio da Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração Penitenciária, e Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e da Comissão Integrada de Saúde Mental do (CEDH) e CEPCT, já vem efetivamente se reunindo para a elaboração de projeto piloto para a desinstitucionalização de pessoas internas no Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes e para construir estratégia de atuação na “porta de entrada” e relacionada aos laudos periciais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), de caráter temporário, para propor estratégias para atenção integral destinado ao paciente judiciário, tendo como pilar a proteção de direitos fundamentais da pessoa com transtorno mental e sua desinstitucionalização, no Estado do Ceará, e qual terá por finalidades:

I – Promover a articulação entre o sistema de justiça, a administração penitenciária e as políticas públicas de saúde, de assistência social e direitos humanos e propor fluxo interinstitucional para o atendimento das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei;

II – Contribuir com o grupo condutor da PNAISP em âmbito estadual nas temáticas relacionadas ao objeto do presente GTI;

III – Contribuir com o Serviços de avaliação e acompanhamento às medidas terapêuticas aplicáveis ao paciente judiciário, bem como sua equipe e acompanhar suas ações;

IV – Elaborar minuta de Provimento para disciplinar o procedimento para a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêutico-cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei no âmbito do Poder Judiciário.

Art. 2º. O GTI será composto por representantes:

I – do Poder Judiciário, sendo titular a juíza coordenadora do GMF, Dra. Luciana Teixeira de Souza, e suplente o Dr. Raynes Viana de Vasconcelos, juiz colaborador do GMF;

II – da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado do Ceará, sendo titular a Sra. Maria de Fátima Vale Barroso, e suplente a Sra. Cristiane Ferreira Lima;

III – da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, sendo titular a Sra. Camila Moreira de Oliveira, e suplente a Sra. Sarah Lima Verde da Silva;

IV – da Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, sendo titular a Sra. Mariana Pinheiro de Marchi, e suplente a Sra. Juliana Damasceno Cordeiro;

V – da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, sendo titular a Sra. Maria Márcia Silva Nogueira, e suplente a Sra. Iracema de Oliveira Machado;

VI – do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, sendo titular a Sra. Lirian Filgueiras Mascarennhas

VII – da Secretaria de Proteção Social do Estado do Ceará, sendo titular o Sr. André Pinheiro Bezerra, e suplente a Sra. Andrea Autran do Nascimento.

§1º. O Excelentíssimo Juiz César Belmino Barbosa Evangelista Júnior titular da 3ª Vara de Execução Penal de Fortaleza, atuará em colaboração aos trabalhos deste GTI, representando o Poder Judiciário

§2º. Poderão participar na condição de convidados outras pessoas cuja participação se considerar relevante para o andamento das ações do GT.

Art. 3º. No exercício das atribuições, o Grupo de Trabalho poderá:

I – Realizar reuniões de trabalho quinzenais, de forma presencial ou virtual, em datas e horários a serem definidos por seus integrantes;

II – Facilitar a celebração de acordos de cooperação técnica, protocolos interinstitucionais e outras modalidades para institucionalização de fluxos de trabalho conjunto;

III – Propor ou realizar cursos, eventos formativos, grupos de estudo para profissionais do sistema de justiça, das políticas



de saúde, administração prisional, assistência social e direitos humanos;

IV – Fomentar e promover produção de conhecimento, envolvendo sistematização de dados, estudos, pesquisas e avaliações;

V – Realizar parcerias com outros entes e instituições para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 4º. O GMF, por meio da Dra. Luciana Teixeira de Souza e, em sua ausência, do Dr. Raynes Viana de Vasconcelos, coordenará o GTI e deverá garantir estrutura adequada para o seu funcionamento.

Art. 5º. O GTI terá duração de 06 (seis) meses, contado a partir da publicação desta Portaria, prazo que poderá ser prorrogado por igual período.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Desembargador Henrique Jorge Holanda Silveira

Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo – GMF/CE

PORTARIA Nº 0044/2022

Dispõe sobre concessão de diárias para servidores.

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 320/2021, publicada no Diário da Justiça eletrônico do dia 17 de fevereiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder diárias a servidores, nos termos do Anexo desta Portaria, ao tempo que autoriza a emissão de nota de empenho e o pagamento dos referidos valores, obedecidas as formalidades legais, cuja despesa está vinculada ao segundo grau de jurisdição.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, em **19 de outubro de 2022**.

PEDRO ÍTALO SAMPAIO GIRÃO

Secretário de Administração e Infraestrutura

ANEXO

#	Referência	Servidor (a)	Qtde. de Diárias	Valor Unitário Diária com Pernoite (R\$)	Valor Unitário Diária sem Pernoite (R\$)	Valor Total de Diárias (R\$)	Período de Referência
01	8521851-88.2022.8.06.0000	José Mamede Rebouças de Oliveira Junior	1 c/ pernoite e 1 s/ pernoite	199,09	99,55	298,64	19/10 à 20/10/22
02	8521851-88.2022.8.06.0000	Afonso Miranda de Carvalho	1 c/ pernoite e 1 s/ pernoite	199,09	99,55	298,64	19/10 à 20/10/22
03	8521886-48.2022.8.06.0000	Paulo Henrique P. Venceslau	1 s/ pernoite	-	99,55	99,55	19/10/22
04	8521334-83.2022.8.06.0000	Anita Maria da Silva Guimarães	1 s/ pernoite	-	117,32	117,32	11/10/22
05	8521334-83.2022.8.06.0000	Anita Maria da Silva Guimarães	1 s/ pernoite	-	117,32	117,32	13/10/22
06	8521926-30.2022.8.06.0000	Pedro Kelly de Lima Alcantara	4 c/ pernoite e 1 s/ pernoite	199,09	99,55	895,91	24/10 à 28/10/22
07	8521926-30.2022.8.06.0000	Cleber de Souza Marinho de Medeiros	4 c/ pernoite e 1 s/ pernoite	199,09	99,55	895,91	24/10 à 28/10/22
08	8521935-89.2022.8.06.0000	Robson William Girão Saraiva	1 s/ pernoite	-	99,55	99,55	20/10/22
09	8521935-89.2022.8.06.0000	Robson William Girão Saraiva	1 s/ pernoite	-	99,55	99,55	25/10/22
10	8521935-89.2022.8.06.0000	Robson William Girão Saraiva	1 s/ pernoite	-	99,55	99,55	26/10/22
11	8521965-27.2022.8.06.0000	Jefferson Mesquita Alves de Vasconcelos	1 s/ pernoite	-	99,55	99,55	26/10/22

DESPACHO

Referência: nº 8514039-89.2022.8.06.0001

Assunto: Abono de permanência

Interessado: Ana Walewska Feitosa Batista, Oficial de Justiça.